

Dois historiadores: *nos tempos da ditadura e depois*



Paulo Henrique Martinez

Professor na Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis e no

Programa de Pós-Graduação em História



<https://orcid.org/0000-0001-8662-0371>

Considerações Iniciais

Os professores Fernando Antonio Novais (1933-2026) e Carlos Guilherme Mota (1941-2026) ingressaram na vida cultural brasileira como frutos da mesma instituição universitária, a Universidade de São Paulo, em sua antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Nela receberam a formação intelectual inicial e desenvolveram atuação profissional continuada, no mesmo contexto nacional – nacional-desenvolvimentismo, ditadura militar, democracia representativa. Longevos, faleceram no mesmo ano, o primeiro em fins de abril, o segundo em meados de maio.

Ambos os professores alcançaram notoriedade em suas carreiras, obras publicadas, participação no cotidiano da universidade pública, do debate intelectual e político de seu tempo. Formaram gerações de estudantes em cursos e orientações na Graduação e em programas de Pós-Graduação, professores da educação básica e superior, historiadores profissionais e atuantes em instituições culturais públicas e privadas.

A singularidade de suas trajetórias profissionais e individuais distinguiu toda uma geração de jovens estudantes que ingressaram na universidade e na Universidade de São Paulo, em particular. Em sua maioria, jovens que estudaram em escolas públicas entre as décadas de 1950 e 1960, antes que ela fosse arruinada tanto pelo estímulo oficial ao ensino mercantil e massificado quanto pelo sucateamento sistemático da educação pública, laica e gratuita, no Brasil, nos tempos da ditadura e depois.

A formação e o ensino recebidos os distinguiram em relação às práticas historiográficas e aos historiadores, até então, atuantes e fora da instituição universitária. Nasceram como “historiadores de Cátedra”. Trabalharam e despontaram como “historiadores de Ofício”. Ambas as trajetórias profissionais testemunham a passagem de um modelo de trabalho intelectual a outro, nas universidades brasileiras.

A presença que seus nomes, obras, caminhos e legados alcançaram na historiografia brasileira não pode ser compreendida fora dos marcos temporais e sociais que fizeram, de cada um deles, professor, formador, autor, pesquisador, estudioso crítico, cidadão. Historiador. A natureza de suas obras e o sentido de suas respectivas e imbricadas trajetórias podem ser apreendidos a partir da atenção aos referidos modelos de trabalho na Universidade de São Paulo, desde a sua criação até os indelévels efeitos da intervenção militar, inaugurada no golpe de 1964.

Historiadores universitários, de Cátedra

A organização institucional da Universidade de São Paulo adotou o sistema de cátedras, ao longo de quase quatro décadas. A formação em determinada área de conhecimento era assim aglutinada em linhas verticais, ramificadas em variações de modalidades, especialidades e objetos de estudos. O ensino de História foi estruturado em torno das cátedras de História da Civilização (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea), História da Civilização Brasileira e História da Civilização Americana, além da cátedra de Geografia que, então, compunha o curso: Geografia e História. Esta unidade – herança do modelo francês – permaneceu até 1956, quando foi segmentada em dois cursos independentes, mantido o sistema de cátedras.

A Cátedra era regida pelo professor/a catedrático/a, inicialmente, designado por decisão administrativa para esta incumbência. Foi o caso dos primeiros professores estrangeiros que integraram o corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a partir de 1934. Finda a era dos professores franceses nas áreas de Humanidades, os catedráticos procuravam identificar entre estudantes brasileiros aqueles com perfis mais condizentes para as tarefas, indicando-os à Universidade, para que assumissem a condução da cátedra. Em dimensão simbólica a transição era o reconhecimento da “missão cumprida”, do sucesso alcançado pela cátedra universitária, na transplantação de modelos europeus dos estudos universitários e na preparação intelectual e profissional pelos sucessores locais. Não

deixava de ser ainda uma espécie de auto saudação, de “honra ao mérito” dos catedráticos, no desempenho de seus papéis institucionais e que retornavam às suas nações de origem¹.

Em suas respectivas trajetórias, Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota estiveram vinculados à Cátedra de História Moderna e Contemporânea, constituída pelo desmembramento da Cátedra de História da Civilização, sugerido por Fernand Braudel, e que dera origem também à Cátedra de História Antiga e Medieval. À frente de cada uma delas, estudantes das turmas iniciais da FFCL: Eduardo D’Oliveira França (1917-2003) e Eurípedes Simões de Paula (1910-1977), intelectualmente vinculados ao professor Braudel, quando de sua passagem pela USP, entre 1935 e 1937.

A presença de professores estrangeiros na FFCL, notadamente, franceses, ao lado de norte-americanos, espanhóis e italianos, trouxe para a Universidade de São Paulo as cores e as tintas do debate intelectual da Europa de entreguerras. Antropologia, Filosofia, Geografia, História e Sociologia foram disciplinas que conheceram ampla expansão teórica e empírica na primeira metade do século XX. Nestes caminhos do tempo as práticas historiográficas no Brasil estabeleceram contatos e diálogos com autores e obras da historiografia alemã, francesa, norte-americana e portuguesa, bem como com diretrizes e abordagens teórico-metodológicas do materialismo histórico, do funcionalismo, da história quantitativa, da demografia histórica e outras correntes do pensamento contemporâneo.

A incorporação de estudos das diferentes ciências humanas e sociais era sugerida nas investigações, análises, pensamento político, ideias e, sobretudo, na elaboração de metódicas formulações interpretativas no conhecimento histórico. Interdisciplinaridade, debates atualizados, conceitos, livros e autores de referência, experimentação, ousadia, entusiasmo jovial, preparação e dedicação à educação escolar, deram impulso ao florescimento de inúmeros talentos e carreiras profissionais. Surgiram estudos sobre a realidade social, econômica e cultural brasileira, sob a forma de cursos, excursões, exposições, artigos, resenhas, pesquisas e teses universitárias.

Foi neste espírito de trabalho e de atitude intelectual que as cátedras universitárias funcionaram, na Universidade de São Paulo, até a sua substituição com a criação dos departamentos de ensino. Foi neste quadro formativo que seguidas gerações receberam a sua iniciação aos universos da ciência, do pensamento e das artes, aperfeiçoamento técnico-

¹ Ver Florestan Fernandes. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

pedagógico e inserção profissional no mercado de trabalho educacional e cultural. Dentre eles os referidos historiadores recentemente falecidos.

Entre os profissionais da História, Fernando Novais, nascido em 1933, pode ser considerado o expoente mais velho das gerações que passaram pelas cátedras universitárias já marcadas pela presença de professores brasileiros. Pode-se dizer que integra a “segunda geração” de historiadores universitários, na qual Carlos Guilherme Mota, nascido em 1941, encontra-se perfilado entre os expoentes mais jovens.

Na dinâmica de funcionamento do trabalho interno nas cátedras universitárias cabia ao titular a coordenação das atividades. Para tanto contavam com infraestrutura e suportes operacionais, tendo à disposição salas, secretaria e recursos financeiros para as rotinas de ensino e de pesquisa. As cátedras tinham a prerrogativa de aglutinar estudantes e de contratar diretamente professores assistentes e auxiliares na realização de atribuições institucionais.

Em 1951, Eduardo D’Oliveira França tornou-se professor catedrático. Ao concurso de cátedra apresentou a tese “Portugal na época da Restauração”, publicada em livro somente em 1997². A sua tese de doutorado também versou sobre história de Portugal, concluída em 1946. Entre as suas balizas intelectuais encontravam-se abordagens e análises de historiadores europeus que obtiveram notoriedade a partir da década de 1940, entre eles: Braudel, Febvre, Huizinga e Alfred Weber, historiador da cultura. Atento ao mundo barroco português, os interesses do professor França abriram caminhos aos estudiosos de novas aproximações na história de Portugal e Brasil, nos séculos XVIII e XIX. Na Cátedra de História Moderna e Contemporânea o professor França acolheu jovens estudantes e que seriam absorvidos na estrutura institucional vigente na Universidade.

Foi nos derradeiros anos de 1950 e por indicação dele que Fernando Novais teve breve experiência de trabalho, com a professora Alice Piffer Canabrava (1911-2003), no curso de Economia. Em seguida, transferiu-se para a Cátedra de História Moderna e Contemporânea. Formado em 1963, Carlos Guilherme Mota incorporou-se ao grupo que se constituiu em torno do professor França.

Foi nesta trilha que as trajetórias de ambos os historiadores realizaram seus percursos intelectuais e profissionais. Adquiriram as singularidades que as distinguem entre si e de outros profissionais sob a orientação do professor França. Entre eles, Anna Maria Martinez

² *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Correa, Arnaldo Daraya Contier, Ilmar Rohloff de Mattos, Istvan Jancsó e José Jobson de Andrade Arruda.

Historiadores universitários, de Ofício

A segunda metade dos anos de 1960 foi palco de enfrentamentos políticos e socioeconômicos com os governos da ditadura. No âmbito da universidade pública o tema mobilizador inicial foi a “campanha dos excedentes”. Tratava-se da busca de soluções para absorção dos jovens que, tendo concluído a educação secundária, não encontravam vagas disponíveis nas universidades, mesmo quando atendiam ao protocolo de exigências estabelecidas para o ensino superior.

Na esteira destes debates emergiu a proposta de reforma universitária. Prontamente ela foi arrebatada pelo Ministério da Educação em consonância com o modelo norte-americano para o ingresso, o ensino e a organização administrativa e pedagógica nas universidades. O instrumento da reforma foi constituído nos termos dos acordos Mec-Usaid, a agência de cooperação internacional para o desenvolvimento, dos Estados Unidos da América. Reuniões, assembleias, protestos, insatisfação, manifestações, passeatas, repressão, foram frequentes na definição e na implantação da reforma universitária. Greves operárias, congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes, crescente oposição e pressões do Poder Executivo sobre o Congresso Nacional fizeram de 1968 marco de virada na relação entre governo e sociedade no Brasil, marcando toda a década de 1970. O ano encerrou com a decretação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro. A vigência deste e seus desdobramentos políticos e institucionais duraram toda uma década, até a sua revogação, ocorrida somente em 1979.

Já em abril de 1969 houve a aposentadoria compulsória de dezenas de servidores públicos federais. Dois decretos sucessivos afastaram de suas posições institucionais professores e outros servidores públicos. O primeiro deles, em 25 de abril, decretou a aposentadoria de 42 pessoas, entre elas duas historiadoras do Rio de Janeiro: Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Maria Yedda Leite Linhares. Misteriosamente, incluiu três servidores estaduais paulistas ... os professores Florestan Fernandes, Jaime Tiomno e João Batista Vilanova Artigas. A reação da Reitoria da Universidade de São Paulo foi imediata e motivou um segundo decreto federal, agora exclusivo para os quadros desta: o próprio Vice-Reitor, então,

em exercício, e 23 profissionais foram “aposentados”³. Novas incongruências, entre os nomes estavam seis pessoas que não possuíam vínculos com a Universidade⁴.

Em continuidade histórica à reforma universitária foram definidos novos procedimentos no ingresso nas universidades, mediante provas classificatórias de acesso aos cursos superiores – o famigerado vestibular. Sem solução para a demanda crescente pelas vagas, surgiu a indústria dos cursinhos pré-vestibulares, preparatórios para a realização de provas de seleção. Desde, então, estas iniciativas absorveram jovens professores destinados ao ensino massivo. Alheia a qualquer perspectiva de formação educacional, a prioridade recaiu na preparação e no adestramento para respostas rápidas e objetivas na maratona de provas das disciplinas escolares.

Abriam-se, de um lado, oportunidades de trabalho para centenas de jovens recém-formados na atuação em cursos pré-vestibulares. Igualmente ágil, a criação em escala nacional de faculdades privadas e confessionais foi, de outro lado, a resposta dos governos militares ao problema dos “excedentes”. Aos náufragos dos exames vestibulares restava tanto a perseverança para a aprovação futura quanto os portões das faculdades e universidades do ensino pago. Abriu-se outra rota para absorção da mão-de-obra recém-formada no ensino superior em instituições públicas. A massificação e o incentivo para a expansão da rede particular de ensino alcançaram rapidamente a rede da Educação Básica.

Em situações concretas originou-se um fluxo contínuo na demanda e na oferta de vagas no campo educacional, em todo o Brasil. Atração e destinação de estudantes em concorridos processos seletivos em busca de “aprovação nas melhores faculdades”. Um exército de professores, igualmente jovens, egressos das instituições educacionais, dedicados ao “recrutamento e treinamento” – palavras mágicas na década de 1960 – de novos talentos, na alimentação de instituições privadas que se alojaram no sistema educacional brasileiro.

³ Hélio Lourenço de Oliveira, Vice-Reitor; Alberto de Carvalho da Silva, Bento Prado Júnior, Caio Prado Júnior, Elza Salvatori Berquó, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Isaías Raw, Jean Claude Bernardet, Jon Andoni Vergareche Maitrejean, José Arthur Gianotti, Júlio Puddles, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Luiz Rey, Mário Schenberg, Octávio Ianni, Paulo Mendes da Rocha, Olga Baeta Henriques, Paula Beiguelman, Paulo Alpheu Monteiro Duarte, Paul Israel Singer, Pedro Calil Padis, Reynaldo Chiaverini, Sebastião Baeta Henriques, professores. Cf. ADUSP. *O controle ideológico na Universidade*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 38-39.

⁴ Olga e Sebastião Baeta Henriques, Instituto Butantã; Pedro Calil Padis, FFCL de Araraquara; Reynaldo Chiaverini, Hospital das Clínicas; Luiz Rey e Júlio Pudles já afastados, da Faculdade de Medicina; Caio Prado Júnior, apenas obtivera o título de Livre-Docente. Cf. ADUSP. *O controle ideológico na Universidade*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 40-41.

Nas universidades públicas o ritmo seguiu lento. A reforma universitária e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5.692/1971) promoveram ajustes na formação universitária e na atuação de professores na educação escolar⁵. As motivações do golpe de Estado, em abril de 1964, e a sua cristalização em seguidos atos institucionais, buscou legitimidade na tecnocracia. Neste esforço político as universidades públicas não foram incluídas em parceira com as instâncias técnico-pedagógicas federais e estaduais. Antes, foram abduzidas no desempenho de tarefas submissas e subservientes aos objetivos da divisa do “Desenvolvimento com segurança”, definido pela ditadura militar na condução e domesticação política e cultural da sociedade brasileira.

Aqui o sentido das novas disciplinas introduzidas na Educação Básica e Superior, vigentes até a década de 1980. A fusão alquímica das ciências humanas na disciplina que sucedeu às de História e Geografia: Estudos Sociais, além da nova “Educação Artística”, restrita a aulas de música, canto, desenho ou trabalhos manuais, conforme as disponibilidades e conveniências do estabelecimento escolar. As atenções à formação cívica e ideológica – decerto para “grandeza do Brasil” – em novas rotas de ensino e aprendizagem pelo Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB), da Organização Social e Política do Brasil (OSPB), a Educação Moral e Cívica (EMC), a Educação para o Trabalho – “em regime de cooperação com as empresas” – e o ensino religioso.

A estes desafios político-pedagógicos deveria responder a legião de novos profissionais. Ao alcance dos olhos encontravam-se as ofertas educacionais, abertas e distribuídas em vasto campo de atendimento para futuras expectativas de emprego, melhores salários, condições de trabalho e prestígio social. Ser professor/a tornou-se, então, perspectiva promissora, sujeita à crescente concorrência no mercado de trabalho e acentuada rotina técnica e social.

O ensino escolar e universitário parecia consolidado como terreno e caminho aos historiadores de ofício. Sintoma social entrevisto, quase uma década antes, no seio desta comunidade profissional, quando da realização do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior. Na ocasião, outubro de 1961, foi criada a Associação de Professores Universitários de História (APUH), durante as atividades do I Simpósio na Faculdade de

⁵ LEI Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 jun. 2026.

Filosofia, Ciências e Letras de Marília, hoje, integrada à Universidade Estadual Paulista (UNESP)⁶.

Destino dos que ficaram

Consumados os expurgos políticos e ideológicos nas universidades, consumidas as trincheiras culturais erguidas contra a ditadura militar, coube à contra a sociedade e aos que ficaram na universidade, em particular, sobreviver, para viver. Logo veio a “floração de teses de 1973”, nas palavras do professor José Roberto do Amaral Lapa⁷. Esta consistiu na conclusão de dissertações de mestrado e teses de doutorado, antes do término daquele ano, quando entraria em vigor a nova regulamentação para os programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. Estava encerrado o sistema de cátedras. Inúmeros professores assistentes e auxiliares, nas diferentes cátedras universitárias em funcionamento, obtiveram seus títulos acadêmicos naquele momento. Tornaram-se professores vinculados aos novos departamentos de ensino. Fernando Novais foi um deles, defendendo a tese de doutorado⁸. Já, Carlos Guilherme Mota, fora célere. Concluiu o mestrado, em 1967, e o doutorado, em 1970, transformando-os em livros, logo em sequência⁹.

O controle e a vigilância ideológica aos estudantes e professores universitários foram sistemáticos, entre 1973 e 1982. A criação da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), em âmbito federal, cumpriu o papel de alimentar os serviços de inteligência quanto aos que atuavam e à ocorrência de atividades entendidas como de natureza subversiva. Em maio de 1973 foi criada a AESI na Universidade de São Paulo, embora esta não fosse instituição federal. Os arquivos desta, por sua vez, foram destruídos pela própria Reitoria da Universidade, em 1982. Neste ano, a eleição para o governo do Estado de São Paulo foi vencida pelo candidato da oposição, o então senador Franco Montoro, do PMDB.

Ao longo de quinze anos a formação de historiadores na Universidade de São Paulo foi sendo moldada no seio das estruturas institucionais e legislativas definidas sob a ditadura militar. A entrada em atividade dos programas de pós-graduação atraiu estudantes, professores e pesquisadores de todas as regiões do Brasil. Ganharam expressão temática e

⁶ Associação de Professores Universitários de História. *Boletim Informativo*. Marília: janeiro-outubro, 1962, nº 1, p. 3.

⁷ *História e historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 39.

⁸ *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Hucitec, 1979.

⁹ Respectivamente: *Atitudes de inovação no Brasil: 1789-1801*. Lisboa: Horizonte, 1970, e *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Edusp; Perspectiva, 1973.

numérica os estudos regionais e a história política do Império do Brasil. Os estudos sobre o período republicano tomaram impulso, sobretudo, às vésperas do cinquentenário da revolução de 1930. Monografias, biografias e conjunturas econômicas regionais, foram alguns temas frequentes. Houve interesse pelo debate das fontes, documentação e métodos de investigação e de interpretação histórica, conduzindo historiadores aos arquivos, museus, bibliotecas, Institutos Históricos e Geográficos. A Nova História francesa, massificada sob a legenda dos *Annales*, a partir de 1974, desfrutou de visível acolhida em cursos, resenhas, livros, pesquisas e debates, marcando a história do trabalho, da cultura e do cotidiano no Brasil. Em paralelo desembarcaram livros e temas de autores marxistas, sobretudo, ingleses, como Eric J. Hobsbawm, E. P. Thompson, Christopher Hill e Raymond Williams.

Neste solo histórico aterrissaram os acadêmicos norte-americanos, reunidos na denominação “brasilianistas”. Coube a eles a revirada e difusão do alcance de fontes adormecidas em arquivos oficiais, institucionais, locais e regionais, públicos e privados. Coube a eles também a disseminação de pesquisas sobre a história regional da República Velha, os anos de 1946 a 64 e, logo, dos governos militares. A periodização nos estudos históricos perdeu a timidez dos momentos menos longínquos da vida nacional.

Neste solo histórico atuaram os professores Novais e Mota, em cursos de graduação e de pós-graduação. Novais aposentou-se em 1986, passando em seguida a trabalhar no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mota aposentou-se poucos anos depois. Antes disso dirigiu o Instituto de Estudos Avançados e a Biblioteca Mindlin, da USP. Foi também diretor do Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Vinculou-se à Universidade Presbiteriana Mackenzie e à Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

Em suas respectivas trajetórias ambos os historiadores desenvolveram atividades conjuntas em publicações, como o estudo sobre a Independência do Brasil e a direção conjunta da Revista *Histórica*, lançada pelo Arquivo do Estado de São Paulo, em 1993, na gestão de Carlos Guilherme Mota¹⁰. Juntos integram bancas examinadoras, mesas redondas, lançamentos de livros e debates. Ambos os autores se dedicaram ainda a atividades editoriais de pesquisa, de formação de professores, de educação escolar e Superior, de difusão cultural.

Fernando Novais dirigiu a coleção “Estudos Históricos”, da Editora Hucitec, iniciada em 1979, compartilhando, anos depois, esta tarefa com István Jancsó e João Paulo Garrido

¹⁰ Carlos Guilherme Mota & Fernando Antonio Novais. *A independência política do Brasil*. São Paulo: Moderna 1986.

Pimenta. Na década de 1990, coordenou a coleção *História da vida privada no Brasil*, publicada em quatro volumes. Em 2011 e 2013, organizou com Rogério Forastieri da Silva, a seleção de textos *Nova História em perspectiva*, com estudo crítico introdutório, em dois volumes. Em 2025 esteve empenhado na elaboração de um ensaio sobre marxismo e história, publicado na revista *Margem esquerda*. Preparava o volume II de seus escritos, reunidos sob o título *Aproximações: ensaios de história e historiografia*, tendo publicado o primeiro volume em 2005.

Carlos Guilherme Mota envolveu-se em inúmeros projetos de organização e participação em obras e volumes coletivos. *Brasil em perspectiva* (1968), *1822: dimensões* (1972), *A viagem incompleta: a experiência brasileira* (2000), foram alguns deles. Publicou livros de História destinados ao ensino escolar, universitário, paradidáticos e de difusão cultural, em editoras de grande circulação, como as paulistas Moderna, Ática e Senac. Desenvolveu ativa colaboração em meios de comunicação de massa, em artigos, resenhas, entrevistas e debates, em jornais, revistas acadêmicas e semanais, programas de televisão, abordando temas da vida política, cultura, ideias, livros e autores.

Ao longo mais de seis décadas de envolvimento com os estudos históricos, Fernando Antonio Novais e Carlos Guilherme Mota formaram dezenas de profissionais, em cursos de graduação, especialização e pós-graduação. Deixaram numerosa e variada abordagem de temas, períodos e objetos de pesquisa, examinados e sugeridos em livros e artigos de suas vidas longas, dentro e fora da universidade.

No ano em que faleceram novas práticas profissionais no conhecimento histórico e no ensino escolar e universitário desafiam tanto as jovens gerações quanto aquelas gerações que aqui estavam, quando forma chegando. Surgem novos campos de investigação, novas dimensões de trabalho e do lugar História e, logo, dos profissionais da História na sociedade brasileira. Reformulações no padrão científico e cultural na universidade, exigências de maior profissionalismo, de um lado, acomodação de menor profissionalismo, de outro.

As práticas teóricas, intelectuais, culturais e social dos historiadores de ofício e de entretenimento defrontam-se com antigos e batidos dilemas. O maior deles, inegavelmente, assombra a sociedade brasileira, desde há muitas décadas, até hoje. Poderão, o conhecimento histórico e seus agentes, proporcionar efetivos subsídios à construção da democracia no Brasil? Os dois historiadores, Fernando Antonio Novais e Carlos Guilherme Mota, acreditaram que sim. E depois?